

Apelo: os países ricos devem nos ajudar.

O pedido é de um importante banqueiro inglês: ele diz que os governos precisam ajudar os bancos a resolver o problema da imensa dívida brasileira.

"O setor público precisa assumir seu papel, pois os números são grandes demais para serem cobertos apenas pelo setor bancário." Com esta declaração, o ex-diretor do Fundo Monetário Internacional e atual diretor do Lloyds Bank International, Guy Hundrods, dirigiu um apelo aos governos dos países ricos, a começar pela Grã-Bretanha, para que participem, junto com os banqueiros, de uma solução para a vultosa dívida externa brasileira.

Em entrevista publicada pelo Times, de Londres, Hundrods salientou que "os problemas do Brasil não constituem uma preocupação apenas dos bancos e nem são conseqüências de atos dos bancos".

Círculos financeiros consideraram muito importante o apelo de Hundrods, já que oficializa os esforços dos banqueiros para conseguir o apoio mais efetivo dos respectivos governos. No caso britânico, a primeira-ministra Margaret Thatcher e seu principal assessor para assuntos econômicos, Alan Walters, já declararam que não pretendem interferir. No entanto, a questão voltará a ser debatida domingo em reunião dos representantes dos principais bancos centrais.

Segundo o Times, Thatcher deverá levar a sério as declarações de Hundrods, especialmente porque podem ser um sinal de que os bancos se retrairão, se não receberem apoio governamental. Ao que se comenta extra-oficialmente, os banqueiros querem que os governos financiem de US\$ 3 a 4 bilhões, de um total de US\$ 9 a 10 bilhões necessários para que o Brasil continue rolando sua dívida.

As declarações de Hundrods confirmam também que, apesar do acordo recessivo com o Fundo Monetário Internacional, o ministro Delfim Neto não possui nenhum plano para resolver o problema, na expectativa de que os credores o façam.

Em Brasília, um assessor do ministro da Indústria e Comércio, Camilo Pena, comentou ontem que a demissão de Carlos Geraldo Langoni da presidência do Banco Central, sob a alegação de que é impossível cumprir as exigências do FMI, poderá levar o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, a solicitar à instituição que seja mais benevolente com o governo.

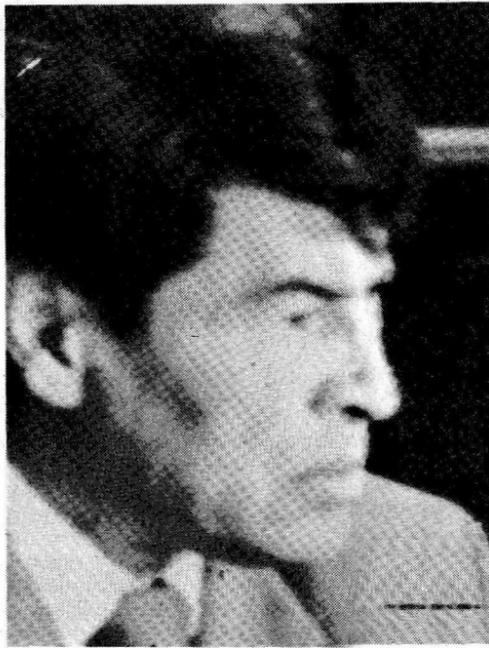
Ansiosos para resolver a crise de liquidez do país que compromete seriamente seus recursos financeiros empregados aqui, e colocados em posição delicada frente aos acionistas que estão cada vez mais excitados com as notícias alarmantes de quebra do Brasil e outros países da América Latina, os banqueiros, segundo o assessor ministerial, estão criticando o FMI por ser excessivamente moroso na apreciação dos problemas, além de aplicar regras homogêneas e inflexíveis em casos heterogêneos, sem considerar o momento político delicado e perigoso provocado pela recessão prolongada de três anos.

Lembrou que até sexta-feira estarão reunidos em Caracas os principais devedores do Terceiro Mundo, discutindo os efeitos políticos perversos das regras aplicadas pelo FMI. A verdade, disse o assessor ministerial, é que a saída de Langoni provocou um fato político internacional pela oportunidade em que se deu.

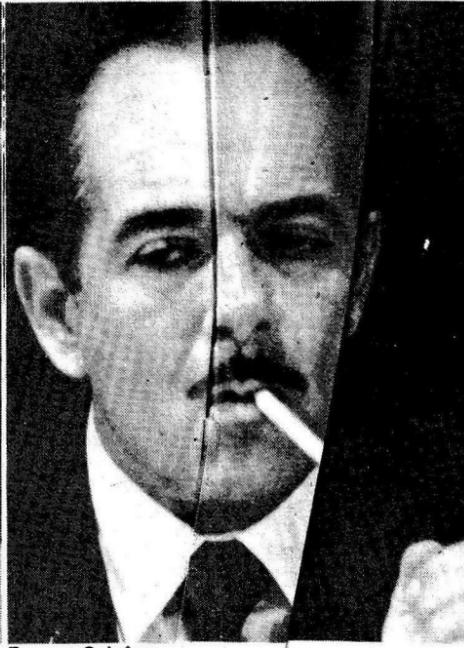
As repercussões das críticas ao FMI tendem a alterar a inflexibilidade da instituição. Afinal, empresários brasileiros representativos do setor industrial, como Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, além de todos os partidos políticos, Igreja, sindicatos, OAB, ABI, já expressaram receios de que as metas comprometam o funcionamento da economia. Assim, as metas para reduzir a inflação a 55% e o déficit público a zero no próximo ano poderão ser flexibilizadas, porque "meta não é mito".

A expressão já foi usada pelo ministro quando lhe indagaram se acreditava numa inflação de 70% este ano como reza a primeira Carta de Intenção, que não foi cumprida.

Outro fator que trabalha em favor de maior pressão sobre o FMI é o Congresso, na medida em que crescem a expectativa sobre o seu pronunciamento a respeito da lei salarial considerada essencial pelo FMI, mas que poderá não ser aprovada.



Diogo de Figueiredo



Ernane Galvêas



Afonso Pastore